

Memória do III Encontro Técnico da Amazônia Legal Brasileira sobre Gestão de Recursos Hídricos Dias 17 e 18 de novembro de 2022 Belém/PA

Estados participantes: Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Rondônia (RO), Tocantins (TO) e Pará (PA).

Convidados: Paraíba e Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).

Primeiro dia (17/11/2022):

Após a abertura do evento, realizada pela Diretoria de Recursos Hídricos e Coordenadoria de Planejamento em Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA), foram realizadas apresentações das experiências de gestão de recursos hídricos dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, tendo cada apresentação um momento posterior para perguntas, e ao final de cada rodada de três apresentações, foi aberto um espaço para a realização de intercâmbio de experiências baseadas nas informações transmitidas. Cada Estado expôs basicamente a sua estrutura de gestão, os projetos e ações realizados, e os instrumentos implantados (com destaque para outorga de recursos hídricos), e algumas apresentações trouxeram desafios, avanços e/ou oportunidades da gestão, conforme disposto abaixo:

1. Acre (AC): A apresentação foi realizada por Maria Antonia zabala de Almeida Nobre, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Políticas Indígenas do Acre - SEMAPI e por Luís Carlos da Silva, do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC:

OPORTUNIDADES	DESAFIOS
Realização de novo balanço hídrico	Eventos hidrológicos extremos mais
	frequentes e severos (secas e enchentes)
Mitigação e adaptação às secas severas e	Poucos recursos financeiros para a
inundações	implementação de políticas públicas
Gestão integrada dos recursos hídricos	Baixa participação social
transfronteiriços	
Integração setorial para gestão de recursos	Ausência de organismos colegiados de
hídricos (especialmente integração das	bacia





ações dos setores de infraestrutura, produção e pecuária) – Plano ABC+ACRE	
Desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica para a consolidação e aplicação do conhecimento em recursos hídricos	Falta de um quadro técnico especifico para gestão e regulação dos recursos hídricos
Proteção das áreas de recarga dos aquíferos (ampliar estudos do Aquífero Rio Branco e Realizar estudos no Aquífero de Cruzeiro do Sul)	Conflitos de interesse no processo de gestão
Implantar de forma continuada o Programa de conservação e recuperação de nascentes e recomposição de matas ciliares nas bacias dos rios e igarapés prioritários	Necessidade de fomentar a cultura do uso racional/sustentável da água
Prevenção e defesa contra erosão do solo e assoreamento dos rios;	Baixo investimento na área de saneamento básico
Recuperação e urbanização dos fundos de vale nos municípios do estado	Falta de um sistema de suporte à decisão
Ações para integração de Recursos Hídricos com a Gestão Ambiental	Carência de normatização na área de Recursos Hídricos
	Alta rotatividade de pessoal nas equipes
	Equipes reduzidas e pouco especializadas
	(necessidade de contratação e capacitação)
	Captação de recursos e implementação das metas do PROGESTÃO

2. Amazonas (AM): A apresentação foi realizada por Izaías dos Santos, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas e por Ziomar Silva Júnior, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM:

	DESAFIOS	
Desafio de Integração	e de Articulação entre os sistemas	de
gestão estaduais		





Múltiplas Regras e Procedimentos de Gestão, Regulação	ю е	
Operação		
Gestão dos corpos hídricos transfronteiriços		
Entraves relacionados ao instrumento da Outorga (informações		
incompletas, dados inconsistentes, ausência/divergências	de	
informações, análises de água incompletas, etc)		

3. Amapá (AP): A apresentação foi realizada por Cleane Pinheiro, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá:

AVANÇOS	DESAFIOS
Utilização do sistema PRODOC para	Abrangência da gestão: 39 bacias
protocolo e gerenciamento de documentos	hidrográficas em 16 municípios
Realização de oficinas sobre o instrumento	Comitê de bacia hidrográfica do rio Araguari
de Outorga para grupos variados	foi criado, mas não está instalado
Projeto "Legal é se Regularizar"	Impedimento de emissão de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e/ou Outorga para grandes empreendimentos
Laboratório de Análise de Água	

4. Maranhão (MA): A apresentação foi realizada por Kiara Mesquita, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão:

DESAFIOS		
Recursos insuficientes: humanos, materiais e financeiros.		
Dimensão Territorial (217 municípios e 12 bacias hidrográficas)		
Falta de Prioridade para a gestão de recursos hídricos.		
Interferências de outros agentes na gestão (suspensão judicial de		
outorga por falta de enquadramento e alterações de critérios de		
outorga por decretos/outras secretarias)		
Fundo Estadual dos Recursos Hídricos regulamentado, mas sem		
operar		





5. Mato Grosso (MT): A apresentação foi realizada por Luiz Henrique Noquelli e Nédio Pinheiro, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso:

OPORTUNIDADES	DESAFIOS
Levantamento de dados para a realização do enquadramento dos corpos hídricos integrantes da UPG Alto Paraguai Médio (P2) e Alto Paraguai Superior (P3) - UNISELVA/UFMT	Implantação do instrumento da Cobrança de recursos hídricos e do Sistema de Informações sobre recursos hídricos
Instituição do Grupo de Trabalho para debater e estruturar procedimentos relativos à cobrança pela utilização dos recursos hídricos no âmbito do Estado de Mato Grosso	
Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia, parceria entre os Estados de Mato Grosso e Goiás	
Projeto Integrado da Disponibilidade Hídrica Superficial e Subterrânea como forma de Segurança Hídrica para o Desenvolvimento Sustentável do Pólo de Irrigação do Sul Matogrossense	

6. Rondônia (RO): A apresentação foi realizada por Daniely Sant'Anna, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia:

	AVANÇOS
Publicação do Plano E	stadual de Resíduos Sólidos – PERS

Segundo dia (18/11/2022):

No segundo dia, a Agência Nacional de Águas e Saneamento iniciou a rodada de apresentações com o tema "Estudos Técnicos sobre águas subterrâneas no Brasil", ministrado por Márcia Gaspar, seguida das apresentações das experiências de gestão de recursos hídricos dos estados do Tocantins e Pará. No período da tarde, como convidado,





o estado da Paraíba também relatou sua experiência de implementação do sistema do instrumento de Outorga de Recursos Hídricos. Cada apresentação realizada teve um momento posterior para perguntas, assim como foram abertos dois espaços para a realização de intercâmbio de experiências baseadas nas apresentações transmitidas. Cada estado apresentou basicamente a sua estrutura de gestão, os projetos e ações realizados, e os instrumentos implantados (com destaque para outorga de recursos hídricos), e algumas apresentações trouxeram desafios, avanços e/ou oportunidades da gestão, conforme disposto abaixo:

1. Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA):

OPORTUNIDADES	DESAFIOS
Projeto "Bacia Amazônica - Implementação	Para capacitação:
do Programa de Ações Estratégicas para Garantir a Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia Hidrográfica Amazônica Considerando Variabilidade e Mudanças Climáticas" (OTCA/PNUMA/GEF)	-Formação técnica variada (engenheiros, geólogos, biólogos, geógrafos, etc); -Diversidade no nível de conhecimento básico sobre águas subterrâneas e interação rio/aquífero;
	-Nível de implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos diferenciado
	Ampliação dos conhecimentos técnicos para apoio ao avanço da gestão (instrumentos da PNRH) pelos estados
	Elaboração de propostas de ações de gestão que sejam adotadas efetivamente pelos órgãos gestores envolvidos (reflexo da qualidade)
	Assimetria na implementação dos instrumentos de gestão entre Estados na mesma bacia hidrográfica
	Necessidade de atuação integrada dos órgãos gestores com relação a dominialidade dos corpos hídricos (bacias críticas e conflitos pelo uso da água)





Aprimoramento da relação da gestão de
recursos hídricos com a agenda ambiental
(Agenda Azul e Agenda Verde)
Integração da gestão das águas
subterrâneas com a gestão das águas
superficiais

2. Tocantins (TO): A apresentação foi realizada por Aldo de Azevedo, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins e por Letícia Freitas, do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS):

AVANÇOS	DESAFIOS
Projeto Olhos D'água: recuperação de 2.490 Nascentes e recomposição da vegetação nativas das bacias hidrográficas	Corpo técnico especializado
Projeto Barraginhas: Conservação de água e solo nas bacias hidrográficas (Construção de 12.200 Barraginhas)	Capacitação para esses técnicos
Monitoramento Quali-quantitativo das bacias hidrográficas (Instalação de 20 Plataformas de Coleta de Dados Hidrometeorológicos e Instalação de 20 Sondas de monitoramento de Qualidade de água)	Monitoramento e inspeção ambiental
Mobilização social municípios das bacias hidrográficas (63 municípios envolvidos, com abrangência de 1.049.856 habitantes)	Fiscalização com foco em recursos hídricos
Apoio às atividades de piscicultura nas bacias hidrográficas (Povoamento com alevinos em 3.400 Barraginhas e nos quatro Reservatórios das UHEs do Rio Tocantins)	Balanço hídrico
	Aperfeiçoamento do manual de análise de outorga





3. Pará (PA): A apresentação foi realizada por Cleyanne Souto e Maryelle Ferreira, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins:

AVANÇOS	DESAFIOS
Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos do Estado do Pará - Edição 2023, em elaboração.	Dimensão territorial do estado dificulta a realização de vistorias técnicas; ○ Área de 1.245.870,700km²
Contratação do Planejamento Estratégico da Secretaria (responsabilidades de cada área e suas principais ações de forma integrada)	Rios com influência de maré
Incentivo ao fomento local por meio das ações do programa Território Sustentáveis;	Recursos humanos e materiais
Termos de referências para contratação de Planos de Bacias Hidrográficas	Rotatividade dos servidores da Secretaria em função dos contratos temporários;
Edital de Chamamento Público para contratação de organização da sociedade civil (OSC) para instalação e operacionalização de escritório de apoio ao CBH-Rio Marapanim (em andamento)	Nº de técnicos insuficientes para atendimento da demanda
Capacitação e aperfeiçoamento técnico - Plano Estadual de Capacitação/Parceria com a UFPA/FADESP	Lançamento de efluentes em rede de drenagem urbana tratados ou não
Novo portal do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos (SEIRH)	Divergências com o Conselho de Classe quanto competências e atribuições
Novo Sistema de Cadastro de Barragens do Estado do Pará (CBPA);	Inconsistências e qualidade de informações prestadas nos requerimentos de outorga
Novo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGERH)	Alta demanda externa quanto vistoria e fiscalização de inconformidades no uso dos recursos hídricos
Convênio em andamento com a UFPA "Diagnóstico dos Lagos Água Preta e Bolonha para fins de enquadramento de corpos d'água"	Engajamento entre esferas municipais e estaduais de gestão e regularidade ambiental





Acordo com Instituto Evandro Chagas com	Insuficiente normatização técnica para
objetivo de realizar monitoramento da	gestão dos recursos hídricos
qualidade da água como subsídio para	
análise de outorga na RMB	
Revisão dos procedimentos e normativas	Regularização dos recursos hídricos em
específicas do instrumento de Outorga dos	zonas costeiras, que abrange realidades
recursos hídricos	distintas e possuem aproximadamente 47%
	da população do estado
Revisão do Arcabouço Legal de Recursos	Capacitação técnica
Hídricos, com ênfase para criação do	
Fundo de Recursos Hídricos	
Aquisição/instalação de estações	Balanço hídrico, considerando usuários a
meteorológicas para monitoramento	montante e a jusante
hidrometeorológico	

Ao final do Encontro Técnico, os participantes puderam externar as suas impressões gerais sobre o evento e sugerir propostas dos próximos encontros e trabalhos a serem realizados pelo grupo, resultando no documento "Nota Técnica nº 01/2022 – PARÁ", que segue em anexo.

